



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0024472-94.2010.4.03.0000/SP
2010.03.00.024472-0/SP

RELATOR : Desembargador Federal MÁRCIO MORAES
AGRAVANTE : JOSE CARLOS MACEDO DE SOARES BUSCH
ADVOGADO : ANDRE CASTELLO BRANCO COLOTTO e outro
AGRAVADO : Uniao Federal (FAZENDA NACIONAL)
ADVOGADO : JULIO CÉSAR CASARI E CLAUDIA AKEMI OWADA
PARTE RE' : IRMA ALBIONE MARTINONI espolio e outro
REPRESENTANTE : LIVIA MACEDO SOARES BUSCH e outro
TE : MARIA LUISA MARTINONI BARBAGALLO
ADVOGADO : DANIEL JACINTO DA CONCEIÇÃO e outro
ORIGEM : JUIZO FEDERAL DA 11 VARA SAO PAULO Sec Jud SP
No. ORIG. : 00153543020104036100 11 Vr SAO PAULO/SP

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ CARLOS MACEDO DE SOARES BUSCH em face de decisão que, em ação ordinária ajuizada pela União Federal em face dele e do Espólio de Irma Albione Martinoni, deferiu o pedido de tutela antecipada para "determinar a intimação do representante legal do Banco Sudameris (Banco 356), cuja gerência se situa à AV. Brigadeiro Luis Antonio, 1.827, 7º andar, bloco B, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01317-002, que, relativamente à conta nº 2145360-5 (conta corrente) e nº 796048832 (conta poupança), da agência 1.777, no ano de 2006, preste informações que possibilitem identificar as pessoas físicas ou jurídicas vinculadas aos lançamentos bancários (nome/CPF/CNPJ) relacionados no Anexo I (envio de recurso para a conta), bem como que forneça cópia dos documentos bancários - cópia microfilmada de cheque, TED, etc. - referentes aos lançamentos bancários relacionados no Anexo II (saídas/dispêndios de recursos da conta)." (fls. 21).

Sustenta o agravante, em síntese, que: a) durante o ano de 2006, manteve junto ao Banco Sudameris, na qualidade de co-titular, conta corrente, atrelada a conta-poupança, com sua avó, Irma Albione Martinoni, a qual faleceu em 23/1/2008; b) em 13/3/2009 teve início procedimento fiscal contra sua avó, tendo sido cientificada pessoa de nome Alzira Afonso do Termo de Início de Procedimento Fiscal em 19/3/2009; c) em 16/4/2009 a fiscalização pleiteou requisição de informações sobre movimentação financeira (RMF) às instituições financeiras em que a Sra. Irma mantinha conta corrente (Banco do Brasil e S/A e Sudameris Brasil S/A); d) o Banco Sudameris enviou à fiscalização todos os

[IAPEREIRO/IAPEREIR]



884865.V003 1/4





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

extratos bancários de 2006 em 14/5/2009, de modo que desde essa data a fiscalização já detinha todos os elementos para efetuar o lançamento tributário, nos termos do art. 849 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto n. 3.000/1999); e) quando informada do falecimento da Sra. Irma, a fiscalização intimou a filha desta, Sra Maria Luisa Martinioni Barbagallo, para que prestasse informações sobre o inventário, tendo ela informado que sua mãe não havia deixado bens e, portanto, não havia inventário; f) o recorrente foi intimado a prestar esclarecimentos apenas em 8/6/2010, apesar de ser co-titular das contas bancárias objeto do procedimento fiscal, não tendo a agravada apresentado cópia de sua declaração ao Juízo *a quo*; g) os extratos bancários fornecidos pelo Banco Sudameris em maio de 2009 são os únicos documentos necessários para a lavratura do auto de infração, não se prestando para esse fim as informações requeridas pela agravada; h) o Juízo *a quo* fundamentou a verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável no suposto indício de fraude fiscal, o qual não restou demonstrado; e i) a quebra do sigilo bancário deferida pelo Juízo já foi efetivada, sem requisição de autorização judicial.

Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Decido.

Nesse primeiro e provisório exame inerente ao momento processual, não vislumbro os requisitos previstos no art. 558 do CPC, para a concessão do efeito postulado.

Compulsando os autos, verifica-se que a União Federal ajuizou ação ordinária em face do ora agravante e do Espólio de Irma Albione Martinoni em razão de procedimento de fiscalização instaurado contra esta devido à existência de movimentação financeira no ano de 2006, equivalente a R\$ 3.561.710,29, ser incompatível com a declaração de isenta apresentada à Receita Federal, relativa ao ano-calendário 2006.

Conforme exposto na petição inicial da ação originária, a fiscalização concluiu que há claros indícios de que as contas do Banco Sudameris, co-titularizadas pela Sra. Irma Albione Martinoni e pelo ora recorrente, eram utilizadas para a ocultação de movimentação de valores não tributados (fls. 44/45), havendo, ainda, indícios de que a conta bancária em referência tenha sido utilizada para a realização de movimentações comerciais, tal qual uma conta de pessoa jurídica (caixa dois), o que atrairia a tributação de pessoa jurídica, completamente diversa da relativa à pessoa física (fls. 46).

Assim, sustenta que os extratos apresentados, desprovidos das informações acerca da origem dos créditos efetuados e mesmo do destino das saídas engendradas, não são suficientes para que se promova o lançamento tributário de forma fidedigna, necessitando de autorização judicial para obtenção de tais dados.





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

356

Anote-se, nesse tocante, que as informações solicitadas com base na Lei Complementar n. 105/2001 e no Decreto n. 3.724/2001 - as quais já foram recebidas pela fiscalização em maio de 2009 - abrangem os dados constantes da ficha cadastral do sujeito passivo e dos valores individualizados dos débitos e créditos efetuados no período, nos termos do art. 5º, I, "a" e "b" do referido decreto.

Dessa forma, nessa análise perfunctória, entendo presente o interesse da União no ajuizamento de ação para obtenção de ordem judicial para obter informações sobre a origem e saída dos recursos constantes da conta bancária em tela, de modo a possibilitar a lavratura de auto de infração.

Nesse sentido, de acordo com os elementos constantes dos autos, constata-se que antes de ajuizar a ação originária, a autoridade fiscal intimou as herdeiras da ré, Sras. Maria Luisa Martinoni Barbagallo e Livia Macedo Soares Busch, para esclarecer a origem dos valores depositados na aludida conta, sendo que a Sra. Livia informou que movimentava a conta da falecida no ano de 2006, inclusive com utilização de cheques e, ainda, aduziu que os créditos detectados pela fiscalização provavelmente se relacionavam à distribuição de lucros e pró-labora da empresa Parque Iguaçu S/C Ltda e do Cemitério Morumbi, os quais teriam sido declarados em sua Declaração de Imposto de Renda, consoante termo de declaração de fls. 111/113.

A Sra. Livia foi novamente intimada a apresentar documentos e esclarecimentos em 4/5/2010 (fls. 115), mas não respondeu, ocasionando a lavratura do auto de embargo à fiscalização de fls. 118/120.

Posteriormente, em 8/6/2010 foi expedido termo de intimação fiscal ao ora agravante para prestar esclarecimentos e apresentar documentos (fls. 123/124), o que não foi atendido e gerou a lavratura de auto de embargo à fiscalização em 28/6/2010 (fls. 126/127). Reintimado, o recorrente apresentou manifestação acompanhada do pedido feito ao Banco Real S/A para apresentação dos documentos solicitados (fls. 30/31) e, posteriormente, apresentou documentos, os quais, segundo decisão do auditor fiscal a fls. 32, correspondiam aos extratos bancários já recebidos pela fiscalização e enviados anexos ao Termo de Intimação fiscal n. 01/2010.

Sendo assim, diante da não apresentação dos documentos comprobatórios da origem e destino da movimentação financeira ocorrida no ano de 2006 na conta de titularidade do ora agravante e da Sra. Irma junto ao Banco Sudameris, a agravada ajuizou a ação originária visando à obtenção de tais informações, de modo a efetuar corretamente o lançamento tributário em face do sujeito passivo que eventualmente tenha deixado de informar os valores ao Fisco.

Dessa forma, em exame preambular, não merece reparos a decisão agravada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo postulado.

[IAPEREIR©/IAPEREIR]



884865.V003 3/4





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Publique-se. Intime-se, inclusive a parte agravada para contraminutar.

São Paulo, 29 de setembro de 2010.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Juiz Federal Convocado RUBENS CALIXTO**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf3.jus.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **884865v3**."

